

BALANÇA COMERCIAL SAI FORTALECIDA COM CRISE CAMBIAL

Jorge Cardoso 22.10.97

São Paulo — A mudança na política cambial, adotada pelo governo para conter as despesas internacionais do país, deverá render seus primeiros frutos em divisas no máximo em dois meses. Março, segundo o presidente da Associação dos Exportadores do Brasil (AEB), Marcus Vinicius Pratini de Moraes, deverá fechar com saldo positivo na balança comercial (vendas externas maiores que as compras), o que não ocorria desde junho. Neste ano, a entidade prevê que o país economizará de US\$ 6,4 bilhões a US\$ 12 bilhões no comércio com o mundo.

Devido à recessão interna, os produtores nacionais terão mais mercadorias disponíveis para vender ao exterior. A AEB estima que as exportações poderão crescer de 10% a 12% sobre os US\$ 51,1 bilhões em vendas apuradas no ano passado. As importações de US\$ 57,5 bilhões deverão cair 4%. Em 1998, o déficit ficou em US\$ 6,4 bilhões. “As correções promovidas pela flutuação no câmbio devem zerar o passivo. Se a queda do crescimento dos nossos parceiros — Estados Unidos, países europeus e asiáticos — não for grande, poderemos alcançar um superávit comercial de US\$ 6 bilhões no ano. Para chegar lá, também será preciso que os preços de nossos produtos agrícolas não caiam muito”, comenta Pratini de Moraes.

DESCRÉDITO

A desconfiança dos bancos estrangeiros na economia brasileira aumenta os problemas das contas



Pratini de Moraes, da associação dos exportadores: previsão de saldo comercial positivo a partir de março

externas do país. Não há no mercado internacional linhas de crédito disponíveis às exportações, responsáveis por 60% do financiamento das vendas nacionais ao exterior. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá elevar os empréstimos ao setor de US\$ 2,2 bilhões em 1998 para US\$ 3,3 bilhões neste ano.

Uma outra incógnita é a rolagem dos financiamentos tomados pelos

importadores. De acordo com dirigentes da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), os empréstimos não estão sendo renovados, o que significa saída de dólares num momento em que o país precisa conter a sangria de divisas. “A renovação desses créditos é fundamental para o Brasil preservar suas reservas internacionais”, analisa o professor Luis Roberto Cunha (PUC-RJ). “Em 1998, esses recursos somaram US\$ 25 bilhões. Seria im-

portante que perto de 75% dessa quantia fossem repactuados”.

Os analistas acreditam que o Brasil deva levar pelo menos dois meses para encontrar o ponto de equilíbrio do câmbio. Para boa parte deles, o regime flutuante trará vantagens ao país. Especialistas como o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, ressaltam que não há política cambial que dê certo se o país gasta bem mais do que arrecada.

Para Alkimar Moura, ex-diretor do BC, o novo regime de flutuação permite ao governo maior liberdade para definir os rumos da economia, como contrair ou não o crescimento do país. “Com esse regime, o BC pode usar os juros para cortar a inflação”, afirma. “No passado, as desvalorizações programadas pelo sistema de minibandas limitavam a política monetária: havia a tirania do cupom cambial (remuneração líquida dos investidores externos no país). O câmbio sobrevalorizado obrigava os juros a ficarem elevados apenas para atrair investidores e manter altas as reservas”.

Num país com economia estável que tem câmbio flutuante, os juros podem cair, pois não precisam financiar volumes elevados de reservas. As cotações da moeda local em relação ao dólar, por exemplo, oscilam de acordo com operações comerciais feitas pelo setor privado. O país só perde reservas quando o Banco Central vende dólares para derrubar a valorização da moeda norte-americana.

O perigo está nos tempos de turbulências financeiras, quando a grande procura pela divisa estrangeira pode gerar pânico no mercado. “Quando isso ocorre, dá margem para o surgimento de um círculo vicioso preocupante: os exportadores adiam o fechamento de operações, pois querem esperar o câmbio subir ainda mais. Os importadores temem a queda ainda maior da moeda local, pois isso encareceria suas dívidas. As divisas não entram; ao contrário, saem”,

explica Luís Roberto Cunha.

De certa forma, é o que está ocorrendo no Brasil desde que o mercado ficou instável com a implementação na nova política cambial. Desde a véspera da saída de Gustavo Franco da presidência do BC, no dia 12, o dólar subiu 51,2%, uma média próxima a 17% por semana.

“Como a maioria dos países asiáticos que flexibilizaram o câmbio em 1997 viram a moeda norte-americana subir pelo menos 80% em três meses, ainda deve haver muita gente acreditando que o real pode cair mais um pouco. Esse deve ser um dos principais motivos que explicam porque a subida do câmbio ainda não cessou”, analisa Charles Blitzer, economista-chefe internacional do banco DLJ em Londres.

Com as desvalorizações do Real e o retorno da inflação, os líderes sindicais não têm dúvidas de que o desemprego será usado pelo governo para conter a volta da indexação. Luis Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, acredita que os trabalhadores terão poucas chances de recuperar as perdas da inflação em 1999. “O desemprego é alto e generalizado”, diz. “Lutamos para manter os postos de trabalho, como ocorre com os 2.800 companheiros dispensados pela Ford. Estamos propondo ao governo alternativas ao caos social: defendemos a renovação da frota de veículos antigos e queda do Imposto sobre Produtos Industrializados para as montadoras que não dispensarem operários”. (RL)